

AS ÁGUAS E A MODERNIZAÇÃO URBANA: HIGIENISMO E BANHO DE MAR EM VITÓRIA, ES (DEC. 1850-1950)¹

Tatiana Caniçali Casado
Universidade Federal do Espírito Santo
taticanicali@gmail.com

Gustavo Zamproni Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo
gustavozgomes@hotmail.com

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é compreender o papel do processo de modernização na relação do homem com as águas em Vitória (ES) entre meados do século XIX e meados do século XX. A partir de pesquisa bibliográfica, iconográfica, em periódicos, mensagens e relatórios de Governo, notou-se que, enquanto o higienismo estabelece ações de controle das águas no espaço urbano sob a alegação da saúde pública, o banho de mar, inicialmente difundido sob a mesma alegação, passa a assumir um caráter socioeconômico na Capital. Dessa forma, tanto o discurso higienista quanto a ressignificação do banho de mar atribuíram uma nova ordem socioespacial à relação homem-águas na Capital, marcada pelo apagamento da capilaridade hídrica, pela expansão do tecido rumo às praias e pela criação de novos hábitos urbanos de sociabilidade, tributários da modernidade.

Palavras-chave: águas; modernização; Vitória (ES)

GT-10: Práticas culturais na produção da cidade

¹ Este artigo foi desenvolvido a partir das contribuições advindas da pesquisa de doutoramento - em andamento - da discente Tatiana Caniçali Casado junto ao PPGG-UFES/ES, e da pesquisa de iniciação científica do discente de graduação Gustavo Zamproni Gomes, junto ao PPGAU-UFES/ES, ambas sob orientação da prof.^a Dr^a Eneida Maria Souza Mendonça.

1 INTRODUÇÃO

O papel das águas na produção do espaço urbano de Vitória², iniciado a partir da ocupação portuguesa no século XVI, está historicamente associado à defesa, comunicação e sobrevivência. A forte presença hídrica no contexto urbano capixaba se dá pela sua condição insular, à qual, entre o quinhentos e o oitocentos, é tributária do contato da cidade – então restrita à sua área central – com a baía e do entrelaçamento íntimo entre o tecido e as águas presentes em charcos, várzeas, mangues e córregos. Neste contexto, coexistiam modos de vida peculiares, pautados pelos ritmos, limitações e possibilidades advindas das águas.

A partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX, o pensamento moderno positivista, orientado por uma ideia de civilidade, higienismo e embelezamento, faz-se presente na Capital capixaba e materializa-se no espaço a partir de uma série de intervenções urbanas que se estendem até o final do século seguinte. Estas intervenções atingem sobremaneira os espaços de águas na Capital, o que articula o pressuposto desta pesquisa a partir da perspectiva de que, na relação do homem com as águas em Vitória, reflete-se o processo de modernização. Nesse sentido, procurou-se analisar de que modo as relações estabelecidas com as águas capixabas, entre meados do século XIX e meados do século XX, participam do processo de modernização, compreendido a partir de 1890, segundo Monteiro (2008) e Freitas; Azevedo (2010)³. O recorte temporal compreende desde o primeiro periódico efetivo⁴ que veio a circular no Espírito Santo, o *Correio da Victoria* (1849 a 1872), uma vez que foram os periódicos antigos a principal fonte histórica da pesquisa, até o governo de Jones dos Santos Neves (1951 a 1954), marcado pelo aterro da *Esplanada Capixaba*⁵ e pela consolidação do *Novo Arrabalde*⁶ como bairro ocupado. Dessa forma, enquanto a data inicial (1850) visa abarcar o período imediatamente antecessor à década de 1890 - e, portanto,

² Monteiro (2008) divide a evolução urbana de Vitória, entre os séculos XVI e XX, em 4 fases: 1ª fase: século XVI à década de 1880; 2ª fase: década de 1890 a 1920; 3ª fase: década de 1930 a 1950; e 4ª fase: década de 1960 a 1990.

³ Segundo Freitas; Azevedo (2010, p. 128) “É do governo de Muniz Freire (1892-1896) a concepção de Vitória como ‘cidade moderna’”.

⁴ Oliveira (2008, p. 350) indica que, embora O Estafeta tenha constituído o primeiro jornal impresso do Espírito Santo a circular, em 1840, “Nasceu tão mofo que não passou do número inaugural”. Dessa forma, o *Correio da Victoria*, cuja circulação iniciou em 17 de janeiro de 1849, inaugura a história do jornalismo capixaba.

⁵ Conforme explica Monteiro (2008) o aterro da Esplanada Capixaba se deu junto à área central de Vitória num trabalho conjunto entre a Prefeitura e a Administração do Porto e visou destinar os novos terrenos ao chamado Bairro Comercial Especial (BCE), idealizado para receber arranha-céus comerciais. Com essa expansão, perde-se definitivamente os antigos armazéns e atracadouros, surge a avenida Beira-Mar e distancia-se a avenida Jerônimo Monteiro da baía.

⁶ Primeiro plano de expansão urbana da Capital projetado por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito em 1896 na administração de Muniz Freire (1892-1896). Compreende uma área seis vezes maior que o núcleo colonial então existente e se localiza numa grande extensão da região leste da ilha de Vitória.

anterior ao início do processo de modernização - contemplado por periódicos, a data final do recorte (1950) visa contemplar a década do surgimento de um mercado imobiliário em Vitória, o qual representaria, segundo Campos Junior (2005), uma nova fase⁷ da modernização. Deste modo, compreende-se que a análise de práticas sócio-espaciais das/nas águas capixabas - representativas do modo de relação homem-natureza - em diferentes cenários da produção do espaço urbano capixaba possibilita apreender a escala das transformações decorrentes do processo de modernização. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos incluíram a identificação e análise das práticas associadas às águas presentes em mensagens, relatórios de governo e periódicos locais disponibilizados na hemeroteca digital do acervo da Biblioteca Nacional, além de consulta iconográfica e bibliográfica.

O trabalho que aqui se apresenta estrutura-se em duas partes. A primeira parte *A modernização e as águas no espaço urbano capixaba* procura apresentar o papel das águas na produção do espaço urbano em Vitória e no processo de modernização capixaba. A segunda parte, intitulada *Higienismo e banho de mar em Vitória (dec. 1850-1950)*, reúne os resultados mais expressivos da pesquisa realizada acerca da chegada das ações higienistas e a transformação da prática do banho de mar em Vitória entre meados do século XIX e meados do século XX.

2 A MODERNIZAÇÃO E AS ÁGUAS NO ESPAÇO URBANO CAPIXABA

É inegável a forte e decisiva importância das águas na produção do espaço urbano de Vitória desde a fundação da Vila em 1551. Apesar da insularidade oferecer melhores possibilidades de defesa, o sítio oferecia também desafios à sua ocupação, haja vista a estreita faixa de solo firme entre as águas da Baía e o grande maciço central presente na Capital. Deste maciço jaziam ricas nascentes de água potável, as quais representavam a possibilidade de captação de água⁸ (Figura 1), e, portanto, de ocupação. Dois ‘braços de mar’, conhecidos como ‘Reguinho’⁹ e ‘Roças Velhas’¹⁰

⁷ Para Campos Júnior (2005, p.31), o surgimento do ‘edifício para venda’ – diferente do ‘edifício por encomenda’, construído para fins de moradia própria ou de familiares - na década de 1950, caracteriza o início de uma nova dinâmica econômica e urbana na Capital, quando Vitória teve a sua centralidade ampliada, passando “[...] a polarizar outros territórios que estavam em crescimento econômico, além daquele da região Central. Os efeitos dessa polarização imprimiram maior dinamismo à capital do Espírito Santo.”

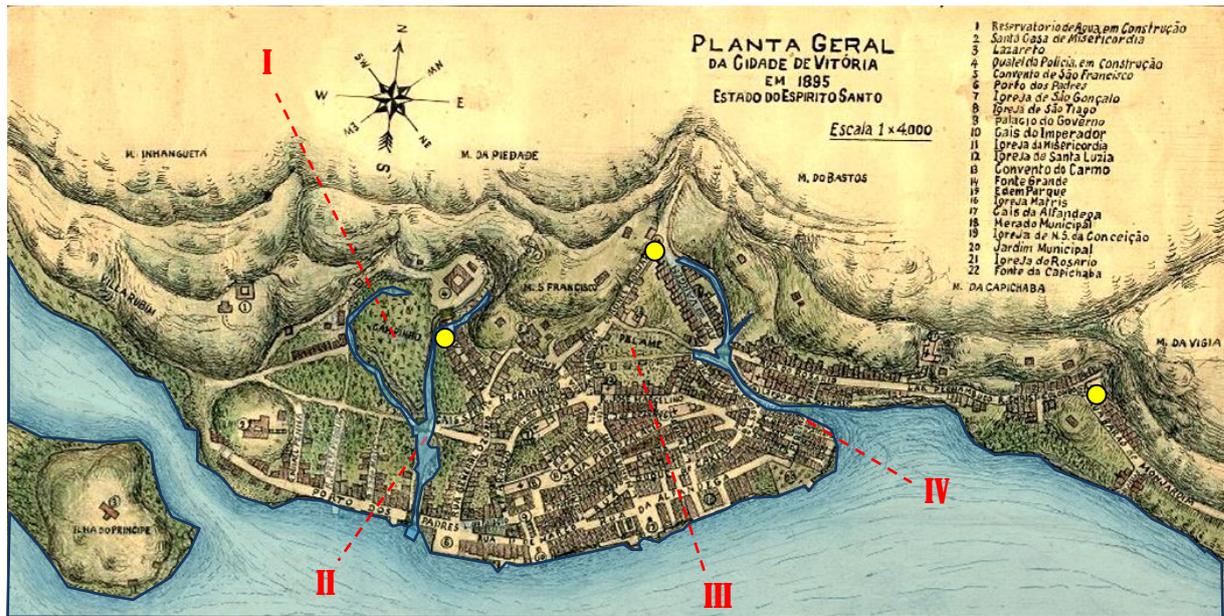
⁸ Essa captação se dava por meio das fontes construídas na Cidade. Segundo Saint Hilare *apud* Freire (2006) e Derenzi (1965), as fontes que abasteciam a população: a da Fonte Grande – antes denominada Fonte do Conselho do Reguinho; a da Lapa – na região do antigo Campinho, hoje Parque Moscoso; e a da Capixaba, na outra extremidade da cidade, na região próxima ao Forte São João, hoje Clube Saldanha da Gama.

⁹ Com a construção da Igreja de N. S. da Conceição no século XVIII, O “Reguinho” recebe o nome de Largo da Conceição, vulgarmente conhecido como Prainha.

¹⁰ Segundo Derenzi (1965, p. 95) “O mar entra pela “Prainha” e, nos baixios de Roças Velhas [zona compreendida desde o Parque Moscoso até Santo Antônio]”.

adentravam a região e formavam, em suas imediações, áreas semialagadas¹¹ - charcos, várzeas e mangues. Nesse sentido, o núcleo ocupacional inicial¹² se restringiu, às partes elevadas, numa estratégia ao mesmo tempo militar e geográfica, uma vez que a parte baixa era, em boa medida, dominada por águas e manguezais.

Figura 1 – Capilaridade hídrica sobre “Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895” por André Carloni



Destaques da capilaridade das águas na trama urbana: I – Campinho* II – Cais de São Francisco** III – Pelame* IV – Reguinho* ● Fontes
* Áreas semi alagadas, consideradas “pantanosas”
** Único cais localizado no interior da trama. Sua principal função era atender o Convento São Francisco.

Fonte: APEES, editado pelo autor

Sobretudo até o final do século XIX, o papel exercido pelas águas em Vitória estendia-se às atividades e práticas cotidianas, pressupostas do entrelaçamento cidade-águas, quando o mar avançava-lhe cidade adentro, e, no sentido oposto, rios e nascentes juntavam-se ao mar, deixando lamaçais de mangues, charcos e córregos. Dessa forma, a capilaridade hídrica impôs, no processo de produção do espaço urbano capixaba, a obrigatoriedade de convívio intenso entre as águas e a sociedade pelo menos até o século XIX, a partir de quando começam a serem empreendidas intervenções urbanas sobre as águas. Serão abordadas a seguir, representações das práticas

¹¹ Estas áreas semialagadas - ‘Roças Velhas’ (compreende também o Campinho) e Reguinho -, juntamente com o Pelames, passaram a receber, no decorrer da produção do espaço urbano, os rejeitos da Cidade.
¹² Os limites da Cidade, até o final do século XIX, compreendiam as áreas entre a Santa Casa de Misericórdia e o Forte São João.

estabelecidas entre o homem e as águas no transcorrer desse processo modernizador na Capital, as quais possibilitem uma compreensão geral deste contexto.

Relatos acerca da Ilha de Vitória, sobretudo no século XIX, atestaram suas qualidades paisagísticas, a partir do equilíbrio entre terra, água e homem. Cabe destacar, conforme traz Levy Rocha (2008, p. 42, grifo nosso), as impressões registradas por D. Pedro II em sua viagem ao Espírito Santo em 1860: **“A vista da baía era sempre agradável, especialmente quando postado o observador mais de longe; o extenso mangal da preamar; as fruteiras das chácaras e dos pomares e a mata que vestia os elevadiços.”** Luiz Serafim Derenzi, em *Biografia de uma Ilha* (1965), também fornece uma ideia do entrelaçamento que ocorria em Vitória entre o mar e a cidade.

Na segunda metade do século XVIII, **a capital do Espírito Santo, vista do continente, tem belo aspecto paisagístico.** Lembra pequeno feudo medieval, encastelado nas grimpas das montanhas a se espalhar em **águas tranquilas de um lago. O casario, nascendo do mar, entremeia-se com restos de vegetação nativa** e morre em torno do “Colégio” e da Matriz. As tôres assimétricas de Santiago dão-lhe um harmonioso equilíbrio. Equilíbrio que se casa com o plano de fundo, coberto de mata secular e vigorosa. **Não há separação definitiva entre as águas e a terra. O mar entra pela “Prainha”** e, nos baixios de Roças Velhas [zona compreendida desde o Parque Moscoso até Santo Antônio], **dilui-se nos mangues, que se confundem com o mataréu das colinas.** Nas marés menores descobrem bancos de areia, que, pouco a pouco, aterrados, se transformam em embarcadouros e trapiches. (DERENZI, 1965, p. 95, grifo nosso)

Não obstante as qualidades paisagísticas ressaltadas, grande era o comprometimento dessa integração com o funcionamento da cidade. A ela cabiam, sobretudo, a responsabilidade da defesa¹³ e o compromisso com a sobrevivência econômica. Como indica Gonçalves (2017), a presença de várias ilhas e pedras submersas no estreito canal da Baía, além das poucas e pequenas praias acessíveis apenas por barcos muito pequenos e canoas favoreceu, em grande medida, a defesa da Vila, seja ao propiciar naufrágios ou impossibilitar o ancoramento de naus e caravelas. E o suporte econômico, da mesma maneira, dependia das comunicações que se faziam “além mar” com outros núcleos e com a Europa. Desta necessidade, ergueu-se um conjunto de estruturas e edificações relacionadas ao comércio marítimo, como afirma Gonçalves (2017, p. 66): “Nessas diminutas praias, construíram alguns trapiches ou ancoradouros. As naus e caravelas ficavam mais afastadas,

¹³ A presença de fortes e trapiches comerciais às margens da Baía de Vitória até o século XIX materializavam a necessidade de defesa da Cidade. Derenzi (1995) e Lima Júnior (1994) afirmam a existência de quatro fortes no século XVIII em Vitória: Forte São João, Forte de Santo Inácio ou São Maurício, Forte N. S. do Monte do Carmo e Forte de São Tiago ou São Diogo

no meio do canal, aguardando que fossem carregadas pacientemente pelas idas e vindas dos pequenos barcos.”

As atividades comerciais da baía de Vitória não correspondiam, no entanto, às únicas realizadas neste espaço. Outros usos, como o banho de mar e o consumo de bebidas alcoólicas, além da permanência e circulação de ‘artesãos do mar’, foram noticiados nos periódicos locais e revelaram, cada um deles, diferentes formas de aceitação social. No Relatório *A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo*, de 1839, em trecho dedicado à necessidade de iluminação da Capital, sugere que a utilização da baía de Vitória por “pessoas que vivem de arte marítima”, embora fosse frequente, não era bem vista às autoridades, sendo importante a ação policial no sentido de conter possíveis atos de violência praticados pelos mesmos.

“[...] , sendo Ella, hum porto de mar, **he frequentada por muitas pessoas que vivem de arte marítima, as quaes pela sua rasteira educação** pouco escrúpulo sentem em decidir qualquer pequena desavença á ponta de faca.” (ILUMINACAO..., 1839, p. 16, grifo nosso)

Do mesmo modo, a prática da pesca (de subsistência)¹⁴, embora constituísse uma necessidade para grande parte da população, dada a escassez e os altos preços da carne, era tida como uma atividade não produtiva e, portanto, não lucrativa. O *Correio da Victoria*, em 1849, em secção dedicada às notícias da economia, já fazia menção à necessidade de maior empenho de mão-de-obra na agricultura, em detrimento da extração de madeira e da pesca.

Há um grande inconveniente deste commercio [da madeira], e é o definhamento da lavoura, [...], porque os braços que devião ser empregados na plantação destes gêneros, occupão-se só nas derrubadas, e falquejamento das madeiras. [...]. Também **os braços, que se occupão na pesca fazem sensível falta á lavoura, e por isso igualmente necessita-se de medidas, que obstem este mal.**

Há na província povoações inteiras, que vivem da pesca, residem á borda do mar, e, quando o tempo não permite embarcarem-se nas suas pirogas para irem procurar o diário alimento, são assaltadas pela fome, [...]. Não basta para ser-lhes considerado pescador, que se possua uma choça perto do mar, uma pequena canôa, e certos outros objetos desse mister. **A pesca, que faz o commercio, e que pode ser considerada proveitosa, é a feita em alto mar, e não a das enseadas,** quando nella se occupão milhares de braços, e quando dela usão só para sua alimentação, abandonando a lavoura, primaria, e mais lucrativa fonte de riquezas publicas. (LAVOURA..., 1849, p. 2, grifo nosso)

Aqueles que pescavam para consumo próprio eram considerados ociosos e vadios, como consta no Relatório do então presidente da província do Espírito Santo, Pedro Leão Veloso, de 1858,

¹⁴ A pesca e a cata de caranguejos e mexilhões ocorria sobretudo à Baía de Vitória, com destaque para os relatos que indicavam o Mangal do Campinho, a Cidade de Palha (Vila Rubim) e a antiga Rua da Praia como locais onde se encontravam caranguejos facilmente, muitas vezes, andando, em quantidade, pelas ruas.

publicado no jornal *Correio da Victoria*. Ao retratar com indignação o fato de boa parte da população preferir a cata de mariscos para sobrevivência ao invés do trabalho na agricultura, sugere que, para tentar combater a “ociosidade”, os “vadios” sejam obrigados ao trabalho forçado e rigidamente fiscalizado em colônias específicas para essa finalidade.

[...] vê-se um grande numero de indivíduos de ambos os sexos, ricos de saúde e typos de robustez, conduzindo cestos e gamellas até as pedras e recifes, em que vão **buscar nos mexilhões e nas ostras o sustento diário**, que lhe offerece numa natureza ociosa e inactiva, quando não se resolvem a procurar nos pântanos e mangues o caranguejo goiamû etc.

Será por lhe faltar terreno, que tal gente deixa de se aplicar a agricultura?

O que lhe falta é o incentivo do trabalho, desde que suas necessidades, se satisfazem de mexilhões, ostras, caranguejos, goiamús, etc.

Para ella o que entendo que se podera fazer, fora **consideral-os vadios, e como tal obrigar-os a trabalhar retidos em colonias especiaes, e sob a direcção de severo regimen**; por vontade sua essa gente não se applicará a nenhum viver, que se tire de seu – *dolce far niente* [prazer de não fazer nada] (COLONISAÇÃO..., 1859, p. 1, grifo nosso)

Ocorre que, se, na metade do século XIX, a pesca enquanto atividade de subsistência representava uma ameaça à agricultura, no início do século XX, a industrialização se torna condição *sine qua non* para sua aceitação. O Código de Posturas de 1900, no Capítulo IX que trata da pesca, isenta de imposto a indústria da pesca profissional, ao passo que impõe aos demais pescadores, não profissionais¹⁵, a necessidade de licenciamento e pagamento de imposto junto à municipalidade. Mais uma vez, portanto, coloca-se a pesca como valor de troca em detrimento do valor cultural da atividade como sustento e prática cotidiana.

Não obstante tais imposições e “modalidades”, a prática da pesca participava da produção do espaço urbano de Vitória, quer seja no que tange às relações sociais e suas manifestações imateriais, ou na (re)produção da espacialidade, a partir de um processo contínuo de transformações no espaço social material. A exemplo do primeiro, cita-se as devoções religiosas e suas diversas manifestações espaciais, como as procissões e regatas marítimas¹⁶, além das festas dedicadas aos santos de devoção. A exemplo do segundo, tem-se a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1755, após inúmeras solicitações dos pescadores da “Prainha”, para

¹⁵ Está-se falando aqui, na linguagem contemporânea, da “pesca amadora”, e, dentro dela, da “pesca esportiva”, sendo, para efeitos deste artigo, a primeira aquela praticada com a finalidade de lazer e cujo produto não se destina à comercialização, e, a segunda, contida dentro dos conceitos da primeira, porém sua prática não implica necessariamente no abate do pescado.

¹⁶ Lima Junior (1994) cita as Regatas de Santa Catarina, em decorrência da Festa de Santa Catarina celebrava a 25 de novembro. Segundo o autor, as regatas de Santa Catarina eram disputadas em longas canoas tripuladas por pescadores que faziam seus próprios remos. Após o término das regatas, os vencedores percorriam as ruas da cidade dando vivas a Santa Catarina.

que pudessem “rezar o terço e cantar ladainhas” após cada dia de trabalho. Segundo Elton (2014), a desapropriação da Igreja com vistas à sua demolição, ao final do século XIX, gerou a insatisfação dos religiosos, contudo não evitou a construção do Teatro Melpômene, em 1896, no mesmo local. Pode-se dizer que a prática da pesca produziu diferentes espacialidades no espaço urbano, já que, enquanto na Prainha pescadores entravam e saíam do mar e expressavam suas crenças, no local conhecido como “Pelames”, segundo Novaes (2017), confeccionavam-se redes de pesca, e, no Campinho, buscava-se o alimento para a Semana Santa, conforme consta na crônica *Pobre vive de teimoso, de Darli Santos*, publicada no jornal *A Folha do Povo* de 21 de março de 1952. A crônica narra o diálogo ressentido de populares que viram, no aterro do Parque Moscoso, findar a possibilidade da cata de caranguejo para produção da torta capixaba.

[...] Veja só você. Nem os carangueijinhos que a gente apanhava de vez em quando não vamos conseguir mais. Esse aterro acabou com tudo. Essa história de progresso é muito boa para os ricos. A observação tinha muito de trágica e de engraçada. E de inteligente. Realmente, **era ali que um elevado número de pessoas, durante as trovoadas, a época da Semana Santa, ia buscar o caranguejo para a torta de pobre.** Torta já se vê sem os mariscos que só os ricos podem comer. Mas já dava para tapeiar. Agora os carangueijos foram soterrados pelas máquinas modernas, impiedosas, que vão levando tudo de roldão. [...]. (POBRE..., 1952, p.3, grifo nosso)

Assim, o desenrolar do século XIX é acompanhado de uma lenta, porém gradativa, infiltração das primeiras ideias modernizadoras no Espírito Santo, iniciadas por Francisco Alberto Rubim (1812-1819) com a abertura da estrada¹⁷ entre Vitória e Ouro Preto/ Mariana, e por José de Mello Carvalho Muniz Freire (1892-1896) com a construção de ferrovias¹⁸ e o projeto do Novo Arrabalde (1896) de autoria de Francisco Saturnino de Brito. Além disso, segundo Monteiro (2008, p. 89) “Rubim incentivou ainda a navegação pelo rio Doce, a reconstrução de Linhares [...] e a fundação de Viana [em 1812 por famílias açorianas], visando à reocupação de antigas áreas de produção açucareira.” Para isso, incentivou à colonização do interior da capitania a partir de mão-de-obra imigrante, a qual se fará consolidada em terras capixabas à segunda metade do século XIX.

Na Capital, ao longo do século XIX, tem-se a construção de um conjunto de edifícios públicos¹⁹ - motivada pelo acréscimo de novas funções tendo em vista a elevação de província à categoria de cidade²⁰-, chafarizes²¹, a inauguração do serviço de iluminação pública (1837), além de obras de

¹⁷ Segundo Monteiro (2008) esta estrada foi denominada São Pedro de Alcântara depois da Independência (1822).

¹⁸ Muniz Freire criou a estrada de ferro ligando a Capital a Cachoeiro e idealiza a Estrada de Ferro Vitória a Minas.

¹⁹ Segundo Monteiro (2008) os edifícios foram: Assembléia Legislativa (1823), Biblioteca Pública (1855), Capitania dos Portos (primeira metade do século XIX), Casa da Instrução Pública (1879) e Mercado Público (1871).

²⁰ Lei de 17 de março de 1823.

²¹ Monteiro (2008) cita que em 1828 foi erguido o pórtico da nascente da fonte da Capixaba.

escadarias²² e a construção da primeira ligação entre a Ilha e o continente: a ponte da Passagem (1801) às águas neste período, importa destacar, conforme Monteiro (2008, p. 91) uma distinção cada vez mais acentuada entre a Cidade Alta – marcada por obras públicas - e a parte baixa, “[...] onde o comércio, que vai-se desenvolvendo aos poucos, faz surgir novos cais em meio aos antigos de propriedade dos religiosos.”. As margens da baía, em sua porção central²³, passam a concentrar armazéns comerciais, onde de um lado (rua) eram feitas as transações e de outro (baía) o escoamento das mercadorias.

Segundo Monteiro (2008) é no século XIX que se executam as primeiras obras públicas de cunho sanitaria, com a canalização do Reguinho e o serviço de abastecimento de água e recolhimento de esgoto dos primeiros loteamentos (Campinho e Vila Rubim). No que diz respeito aos novos hábitos urbanos tem-se, ainda no século XIX, a construção do primeiro teatro, o Teatro Melpômene (1895-96) - na administração de Muniz Freire, construído sobre a antiga capela de Nossa Senhora da Conceição - como já dito, situado junto ao Reguinho (antiga Prainha). A construção do Melpômene, juntamente com o primeiro parque - o Parque Moscoso (1912) - materializam o desejo pelo aburguesamento dos hábitos culturais em Vitória, à luz das reformas, parisiense - na segunda metade do século XIX – e carioca - à primeira década do século XX - empreendidas por Georges-Eugènes Haussmann e Francisco Pereira Passos, respectivamente.

O projeto do Novo Arrabalde (1896), por sua vez, representa o primeiro plano urbanístico de expansão da Capital, e dirigiu-se às praias da costa leste da Ilha, compreendendo uma área seis vezes maior que o núcleo então existente. Sua intenção, mais que atender a uma expectativa de crescimento, atrela-se ao desejo de adequação de Vitória ao perfil de cidade moderna. Para isso, lança mão, segundo Mendonça et. al (2010) de três ideários: filosófico-político (o positivismo); técnico (o saneamento urbano); e o estético (o pintoresco). Este projeto, no que diz respeito às águas, ao promover expansão e urbanização rumo às praias a leste da Cidade, acabou por favorecer o uso e a ocupação das mesmas na Capital.

A expansão da Capital desencadeia, à primeira década do século XX, a necessidade de uma ligação dessa nova área com o núcleo existente. Deste modo, uma linha de bonde estabelece essa ligação (atuais avenidas Vitória e César Hilal) entre a área central da Cidade e Jucutuquara, estendendo-se em seguida até a Praia do Suá e a Praia Comprida (atual Praia do Canto). Esta ligação viria a

²² “Em 1883 é inaugurada ainda a escadaria do Imperador, na antiga ladeira dos Padres” (MONTEIRO, 2008, p. 91)

²³ Conforme Klug (2009, p. 26), a cidade de Vitória, “em fins do século XIX, se estendia do Campinho - atual Parque Moscoso, ao Largo da Conceição - atual Praça Costa Pereira”

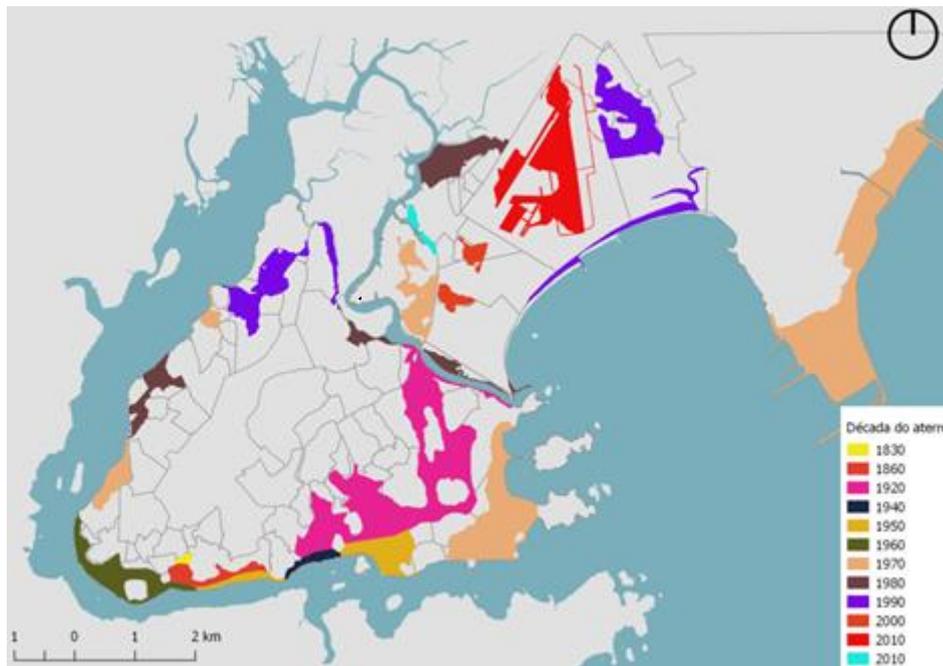
constituir uma importante ação para a consolidação da ocupação do Novo Arrabalde e também para a fruição das praias. Importa indicar que estas praias, embora tenha suas origens vinculadas a um mesmo contexto, acabam por assumir diferentes modos de ocupação. Enquanto a Praia Comprida tem sua ocupação de forma lenta por famílias abastadas de Vitória que, inicialmente, constroem suas casas para passar finais de semana e temporadas, a Praia do Suá, por sua vez, de acordo com Souza (2010), tem sua ocupação inicial por imigrantes portugueses (em maior parte), franceses, espanhóis, sírios e outros, advindos do processo migratório ocorrente na época, e que formam ali, uma vila de pescadores. Essa distinção, de certo modo, acaba por produzir diferentes formas de apropriação das águas nestes locais, pois, ainda que, em ambos, tanto o usufruto da praia, quanto a atividade da pesca fossem presentes, cada um destes usos guarda suas particularidades²⁴.

A primeira metade do século XX é marcada pelos governos de Jerônimo Monteiro (1908-1912), Florentino Avidos (1924-1928) e Jones dos Santos Neves (1951-1955), por empreenderem obras de remodelação na área central - com destaque para a construção do porto e da ponte Florentino Avidos (1928) – além das obras do Novo Arrabalde e de aterros (Figura 2) em outras áreas de expansão, como o de Bento Ferreira e o da ‘Esplanada Capixaba’, ambos na década de 1950. Enquanto o aterro da Esplanada Capixaba criou uma nova área comercial na região central a partir do edifício comercial vertical, o aterro de Bento Ferreira abrigou importantes instituições e sedes ligadas à administração política da Cidade. Ambos os aterros modificaram severamente os contornos naturais da orla – ao inserirem, no lugar da sinuosidade, a avenida retilínea – afirmando-a como eixo de circulação e contemplação na medida em que restringe o contato direto com as águas com a introdução do guarda corpo à beira-mar.²⁵

Figura 2 –Aterros por década em Vitória/ES

²⁴ Estas particularidades serão tratadas na próxima seção deste texto.

²⁵ A avenida Beira-Mar (Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes), que se estende desde a área central até Bento Ferreira, caracteriza-se pela presença de guarda-corpo, o que, de algum modo, restringe o acesso direto às águas.



Fonte: Coelho (2017), adaptado pelo autor

Importa indicar que, conforme aponta Campos Júnior (2005, p.17), não obstante o destaque²⁶ dado às obras urbanas na Capital nas três primeiras décadas do século XX, estas ações não significaram, efetivamente, “[...] uma urbanização expressiva em Vitória na época, nem que aqui existissem grandes construções.”. Segundo o autor, isso só viria a ocorrer na década de 1950²⁷, graças ao crescimento econômico advindo do café nas duas décadas anteriores. Desse modo, Vitória teve sua centralidade aumentada, o que possibilitou a geração de riqueza capaz de provocar mudanças urbanas mais significativas. Estas mudanças foram pautadas no edifício como produto imobiliário, o qual passa a representar um novo vetor econômico. Anteriormente ancorada na ‘construção por encomenda’²⁸, a produção das edificações em Vitória passa a contar com a construção para venda²⁹, dando origem ao mercado imobiliário na Capital.

²⁶ Destaque este dado por diversos autores, entre eles, Monteiro (2008) e Klug (2009).

²⁷ Segundo Campos Júnior (2005, p. 18) “Só depois da construção da ponte em Colatina, concluída em 1928, é que a zona pioneira do norte do rio Doce começou a ser ocupada e a apresentar posteriormente resultados para a economia estadual, vindo a causar significativo impacto sobre a capital do Espírito Santo na década de 1950. Antes disso, Vitória era uma cidade modesta, contando com pequena quantidade de obras.”

²⁸ Expressão utilizada por Campos Júnior (2005) para se dirigir ao modo de construção vigente em Vitória sobretudo até a década de 1930. Neste modo de construção, as famílias recorriam a construtores para execução de casas para moradia própria ou de familiares.

²⁹ A construção para venda demandava outra forma de conceber o projeto. Dessa maneira, “Por questões de ordem legal, de responsabilidade técnica, essa atribuição já não podia ser assumida pelo construtor licenciado, que só tinha competência para assinar plantas de prédios de até três pavimentos. A partir desse patamar somente o engenheiro poderia assinar a planta.” (CAMPOS JÚNIOR, 2005, p.40)

Sabe-se que a construção para o mercado compreende outra lógica de acumulação do capital a qual potencializa, em número de pavimentos do edifício, o lucro em função da área do lote. A partir desta nova tipologia – o ‘edifício mercadológico’ vertical –, pressupõem-se novas formas de apropriação do espaço urbano e de suas águas.³⁰ No âmbito deste trabalho, o limite temporal da pesquisa (1850-1950) estabelece a década de 1950 como a passagem para uma nova fase da modernização. Não obstante a importante contribuição de Campos Júnior (2005) na compreensão do papel do mercado imobiliário na [re] produção do espaço urbano em Vitória, no que diz respeito às águas, no período estudado, apresentam-se significativas mudanças acerca do contato da cidade com as mesmas. Nesse sentido, a segunda parte deste artigo voltar-se-á para a chegada do discurso higienista e para a transformação da prática do banho de mar em Vitória entre 1850 e 1950, ou seja, no transcorrer do processo modernizador da cidade, porém, anterior à constituição do mercado mobiliário na capital.

3 HIGIENISMO E BANHO DE MAR EM VITÓRIA (1850-1950)

As ações realizadas no século XIX, e, sobretudo no século XX em Vitória, incidem sobremaneira nas águas, na tentativa de materializar o desejo por uma ‘cidade moderna’. Neste processo de modernização, destacam-se a chegada das ideias higienistas e a transformação da prática do banho de mar. Segundo Derenzi (1995) *apud* Klug (2009) entre 1812 e 1830, e, entre 1819 e 1860, são realizados aterros (Figura 2) sobre as águas, o da Lapa do Mangal (manguezal depois conhecido como Campinho, atualmente Parque Moscoso) - situado junto ao sopé do Maciço Central -, e o da região do Largo da Conceição – o que compreendeu, além do Largo em si, quase toda parte baixa da Cidade, respectivamente. Estes locais, juntamente com a área conhecida como Pelames, estavam associados a áreas insalubres, como aponta o Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 3º de outubro de 1864: “Apontarei como principaes fontes d’esses miasmas entre outras as seguintes: o pântano misto do Campinho, a immunda valla que existe na rua da Varzea e Largo da Conceição, o cemitério publico pela posição que occupa, e as agoas estagnadas e mais ou menos constantes do lugar conhecido por – Palame.” (SALUBRIDADE..., 1864, ed.00002, p.10) Os primeiros aterros assumiram, assim como os que se sucederam no século XX, conforme indica Klug (2009, p. 22), em nome da ‘salubridade e da

³⁰ As formas de uso e apropriação das águas pós década de 1950 serão tratadas em outros trabalhos como parte da construção do objeto de doutoramento em andamento do autor deste artigo.

acessibilidade’, justificativas variadas, sobretudo relacionadas ao sanitarismo e à dificuldade de acesso a algumas áreas da Cidade e a falta de terra para expansão urbana.

Importa destacar ainda, em relação ao século XIX, um novo cenário urbano no que tange à salubridade pública. Neste contexto, o processo imigratório³¹ se apresenta como um dos principais protagonistas do agravamento da insalubridade, desencadeando um conjunto de medidas higiênicas, o que inclui a obrigatoriedade da quarentena nos portos, além da “[...] limpeza dos rios, dos canaes, das valas, quintaes, e seus esgotadores; a lavagem e o caiamento das casas domiciliares, [...] a proibição do enterramento de cadáveres dentro dos templos [...], a proibição da existência e criação de animais dentro da cidade. [...]” (MEDIDAS..., 1855a, p.2). Dessa maneira, nota-se que as águas urbanas - quais sejam paradas, córregos ou mar, tornam-se focos das ações sanitárias - como sugere a nota *A PROPOSITO DAS EPIDEMIAS*, do jornal *Correio da Victoria*, de 6 de outubro de 1855:

Em quanto se não visitar os domicílios dos pobres, em quanto não se arrojarem ao mar quanto gênero podre por ahí existe; em quanto não estiver acéuada a cidade, e as casas caiadas, e limpas; **em quanto não se for lançar longe das praias o lixo e emundicias que se tirão da cidade**; [...] Medidas de mero aparato não nos convem [...]. (A PROPOSITO..., 1855b, p.2, grifo nosso)

Passados quase vinte anos, a Lei n. 35 de 15 de outubro de 1873, publicada no jornal *O Espirito Santense* de 16 de dezembro do mesmo ano, reforça-se a obrigatoriedade da manutenção de quintais limpos, sem águas estagnadas ou lixo e da proibição de lançamento de “[...] águas servidas, vidros, cisco ou qualquer outra imundicia nas ruas e praças [...]”. A mesma lei proíbe também “[...] secar peixes, camarões [...]”, o estabelecimento de *cortume*³², além da proibição de animais³³ soltos pelas ruas. Contudo, convém destacar que, contrariando as medidas sanitárias estabelecidas em 1855, na lei de 1873 passa-se a permitir o despejo de águas servidas no mar, desde que o mesmo se faça em recipiente fechado e após nove horas da noite³⁴. Esta permissividade sugere pouca aderência às mudanças indicadas como necessárias desde a década de 1850.

³¹ A necessidade de ocupar o interior capixaba a partir da vinda de imigrantes foi realçada por D. Pedro II, em sua visita à Vitória em 1860. O incentivo à imigração, no entanto, já fora uma preocupação desde Francisco Alberto Rubim (1812-1816) no início do século.

³² Segundo Alves (2004), desde o século XVI os portugueses exploravam os manguezais em busca de madeira e de tanino para utilização no curtume de couro.

³³ A Lei n. 35 de 1873 em seus artigos 15 e 16 cita cães, porcos e cabritos.

³⁴ “Art. 3. O despejo de águas servidas ou infectas se fará em vasilhas tapadas, **depois de nove horas da noite à beira mar**” (ESPIRITO SANTO..., 1873, ed. 00304, p. 1, grifo nosso)

Se por um lado, o despejo de dejetos na baía e no Campinho era uma prática recorrente, por outro lado, estes locais também eram frequentados para o banho de mar. Elton (1896, p. 100), ao relatar sobre a utilização da antiga Avenida Cais Schmidt - anteriormente Cais do Queimado - aponta que, entre os banhistas, predominavam “[...] desocupados e moleques da Cidade de Palha (Vila Rubim), que aí se banhavam, inteiramente despidos, embora fosse o comércio relativamente ativo nessa artéria, que, com o aterro para a construção definitiva do Cais do Porto, desapareceu.”. O registro do banho de mar também aparece de modo indireto, em notícias de afogamentos por acidente ou suicídio, como pode ser observado na tragédia ocorrida no Cais da Alfândega, junto à baía, publicada no Correio da Victoria de 29 de janeiro de 1859:

Desastres - No dia 25 um menino da casa do negociante Araujo Vianna indo tomar banho no caes d’alfandega foi levado pelo mar e desapareceu. O corpo foi encontrado no mesmo lugar no dia 26 á noite. – Um outro que tãobem estava se banhando, ficou quase morto, mas já está de todo livre de perigo. (DESASTRES, 1859, edição 00009, p.3)

Na região do Campinho, por sua vez, além da já conhecida utilização para despejo de dejetos, havia o Cais de São Francisco, destinado ao embarque e desembarque de padres e mercadorias para o Convento de São Francisco. Sobre este cais, ao citar nota do jornal *A Província do Espírito Santo* em 27 de novembro de 1886, Elton (1986, p. 127) menciona que, “Mesmo assim, com tantos detritos a lhe sujarem as águas, esse cais, quando na preamar, se enchia de crianças, que lá se banhavam alegremente”, conforme consta no jornal. Estes relatos, portanto, indicam que a prática de banho de mar ocorria na região central de Vitória, não obstante as condições geográficas, sociais e higiênicas pouco favoráveis.

Importa destacar, neste período, já prenunciando a modernização ou em seu contexto, notícias relacionadas à ocorrência de práticas de higiene em espaços de uso público, concebidos especificamente para esta função. Ao final do ano de 1877 foi inaugurada uma ‘casa de banhos’ frios junto à Fonte Grande, conforme consta em Relatório no jornal *O Espírito Santense* de 1º de maio de 1878. Os proprietários destas ‘casas de banhos’, de uso público, tinham isenção de impostos, contudo não podiam obter lucros por tal atividade, podendo cobrar, entretanto, taxas por banho para arcar com as despesas das mesmas. Em 1887 tem-se noticiado a disponibilização de banheiros para banhistas por comerciante localizado à antiga Rua Conde D’Eu - cujos quintais das casas terminavam à beira mar - como expõe *A Província do Espírito Santo* de 8 de janeiro de 1887.

Ao publico
Guimaraes & Figueiredo,

em vista da estação calmosa, e a bem da hygiene publica, resolveram d'ora em diante franquear gratuitamente ao respeitável publico os seus **banheiros** sitos á Rua Conde d'Eu, prevenindo que não se fornece aos banhistas toalha nem sabão” (F. 1887, p. 4)

Algumas décadas depois, em Relatório apresentado pelo então presidente do Estado Jerônimo Monteiro ao Congresso Legislativo em 23 de Maio de 1912, faz-se menção à construção de lavanderias públicas e ‘casas de banho’ para atender, sobretudo, às classes menos favorecidas.

Lavanderias publicas e casas de banho

Para melhor serviço prestar ao publico, mórmente ás classes menos favorecidas da fortuna, **mandei construir na capital duas lavanderias** situadas, uma **na Villa Moscoso**, dispondo de quarenta tanques para lavagem e a outra no arrabalde “**Santo Antonio**”, dispondo de vinte tanques. Nessas lavanderias a águas é abundante e tem escoamento rápido por meio de drenos sólidos e bem acabados.

Ao lado dessas lavanderias fiz construir banheiros de chuva e gabinetes sanitários, augmentado deste modo o conforto que sempre procurei proporcionar ás classes mais modestas da nossa sociedade.

Além dos banheiros e gabinetes, que fiz construir para o publico ao lado de cada uma das lavanderias, **contractei também a construção de uma casa de banhos** em ponto muito central da cidade, afim de satisfazer a essa antiga necessidade da nossa Capital. Segundo o projecto confeccionado, deve esta casa, sita á praça Oito de Setembro, ter **bons compartimentos para banhos quentes e frios, reservadas, loja de barbeiro e limpeza de calçados**.

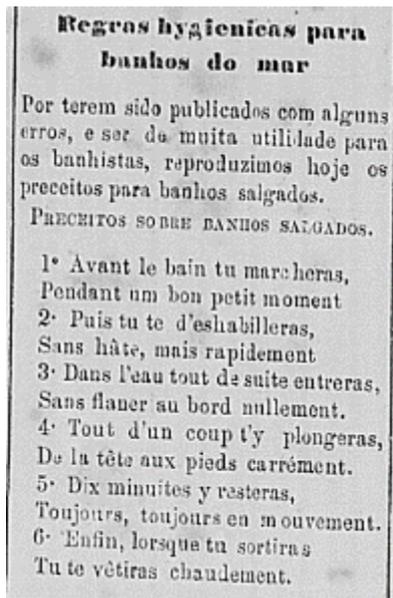
É o preenchimento de uma lacuna que terá passado talvez despercebida, emquanto não se dispunha do melhoramento; entretanto, depois de estar a cidade de posse delle, conhecer-se-á bem depressa a sua grandíssima utilidade e mesmo necessidade. Já vae adeantada essa construção e por conta da mesma já foi paga a prestação de vinte contos. (ESPIRITO..., 1913, p. 339, grifo nosso)

Importa observar que, enquanto a ‘casa de banhos’ inaugurada em 1877 junto à Fonte Grande indicava apenas banhos frios, a ‘casa de banhos’ construída na administração de Jerônimo Monteiro na década de 1910, conta com banhos quentes e frios além de outros serviços. O incremento destas “casas” sugere o crescimento do discurso higienista, assim como os anúncios de artigos voltados para a prática do banho de mar pressupõem a consolidação social dessa prática (Figura 4) ao final do oitocentos na Capital. A vinculação do banho de mar a propriedades terapêuticas, conforme indica Corbin (1989), também em Vitória, atrai sobretudo membros das classes privilegiadas em busca de melhores condições de saúde, o que inclui cura de doenças e maior disposição física, tal como era notado entre os pescadores³⁵. Exemplo disso consta em *Regras higienicas* para banhos de mar (Figura 3), publicado no jornal *O Horizonte*, de 17 de março de 1883. Tais regras, publicadas em francês, fornecem uma sequência de 6 passos para o banho de

³⁵ Segundo Corbin (1989, p. 74), a repulsa pelos mares, cravado no imaginário ocidental, só é modificado a partir do século XVIII, quando as águas salgadas adquirem funções terapêuticas e de prazer. O banho de mar desperta o desejo de vigor por parte da classe dominante, a partir da observação da longevidade e da pujança atribuída aos pescadores. Dessa forma, “É nessa perspectiva que se inscreve a emergência do desejo das praias de mar a partir do século XVIII.”

mar, sugerindo, dessa forma, uma prática ritualística semelhante a um receituário médico - incluindo dosagem (10 minutos) -, privilegiada às classes mais favorecidas, as quais teriam condições de traduzi-las por conta própria e, assim, usufruir dos benefícios medicinais dos banhos de águas salgadas.

Figura 3 - “Regras higienicas para banhos de mar”, 1883



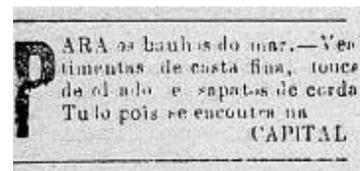
Fonte: REGRAS..., 1883, ed. 00030, p.3

Preceitos sobre Banhos Salgados

- 1° Antes do banho você vai andar, por um tempo
- 2° Então você vai se despir, sem pressa, mas rapidamente
- 3° Na água imediatamente vai entrar, sem permanecer junto à borda de forma alguma
- 4° De uma só vez vai afundar totalmente, da cabeça aos pés.
- 5° Dez minutos permanecerá, sempre, sempre em movimento
- 6° Finalmente, quando você sair, você vai se sentir revigorado

(tradução nossa)

Figura 4 - Anúncios para banhistas, 1894



“Para os banhos do mar. — Vestimentas de casta fina, touca de [...] e sapatos de corda. Tudo pois se encontra na CAPITAL”



“Salva-Vidas
Para aprender natação e evitar submersão aconselhado para os srs. navegantes e banhistas. Vendem-se no estabelecimento A CAPITAL”

Fonte: COMMERCIO..., 1894, ed. 00120, p.3

Na passagem do século XIX para o século XX, praias localizadas fora do núcleo central então ocupado de Vitória são noticiadas como locais da prática do banho de mar. Estas correspondem às praias de Inhoá, Piratininga (atual Prainha) e da Costa em Vila Velha e à Praia do Suá em Vitória. A inauguração da linha de bonde até a Praia do Suá em 1908, e depois até a Praia Comprida na década de 1930, facilitou o acesso por terra às praias na Capital, difundindo assim, além do banho de mar, outras práticas relacionadas à vilegiatura, como os piqueniques³⁶ e a ocupação sazonal das regiões praias nos períodos de férias. A partir da década de 1930, as Praias, Comprida e da Costa, passam a atrair maior fluxo de banhistas, sobretudo das classes privilegiadas, ao passo que a Praia do Suá, reduto de pescadores, teve sua imagem associada às classes de baixa renda, perdendo, deste modo, o prestígio que alcançara no início do século. Entre as décadas de 1930 e 1950, as praias de usufruto da população da Capital se consolidam como espaços de expressão da distinção entre as classes, sobretudo por meio dos trajés de banho e dos modos de comportamento,

³⁶ Os picnics, também conhecidos como convescotes, ocorriam nas praias e eram, em grande medida, promovidos pelo poder público – como formas de comemorações solenes - e pela sociedade civil organizada – clubes esportivos, blocos carnavalescos, grupos de escoteirismo, entre outros.

corroborando a associação/vinculação das ações da modernização com as elites sociais. A Portaria n. 61 de 14 de dezembro de 1934, “Dá instruções sobre o banho de mar nas praias desta Capital e de Vila Velha”. Neste ato, as ‘praias de banho’ foram divididas em oito zonas, sendo indicado, para cada zona, o tipo de traje de banho permitido, além de indicar outras restrições relacionadas às praias.

2º - Nos postos ou zonas compreendidos entre os marcos números 1 e 2, 3 e 4, 6 e 8, - Praia de Santa Helena, Praia Comprida e Praia do Canto, respectivamente **o traje para banho constará obrigatoriamente de “maillot” ou camiseta e calção.**

3º - Nos postos ou zonas compreendidos entre os marcos 2 e 3, 5 e 6 (Praia de Santa Helena e Praia Comprida) **será permitido as pessoas que desejarem tomar o seu banho de sol, apenas o uso do calção.**

4º - Os banhistas que se dirigirem para as praias de banho **deverão trazer os seus roupões inteiramente fechados.**

5º - Nenhum “chauffer” profissional ou não, poderá conduzir os seus vehiculos sem estar decentemente vestido [...]

6º - Nenhum banhista deverá se afastar das praias a distancia maior de cinquenta (50) metros, para não attingir a linha de aproximação das embarcações estabelecidas pela Capitania dos Portos.

7º - As pessoas que frequentarem as praias de banho mencionadas, não deverão conduzir cães ou quaesquer outros animaes para esses logares.

8º - É expressamente prohibido ‘foot-ball’ nas praias de banho. (CHEFATURA..., 1934, ed. 02876, p. 2, grifo nosso)

À década de 1950, enquanto inúmeras notícias fazem referência ao desprestígio da Praia do Suá, a prática do banho de mar se estende a outras praias da Capital como Camburi, antes denominada Piranhem ou Maruyphé. À medida que os aterros e a urbanização de novas áreas se concretizam, uma parte da população capixaba, sobretudo das classes mais abastadas, sente-se atraída em fixar residência em terrenos próximos ao mar, estímulo este também associado à consolidação do banho de mar como prática de sociabilidade vinculada ao *status* econômico. Nesse sentido, acredita-se que a ampliação da espacialidade do banho de mar não só acompanha como também ajuda a impulsionar o processo de ocupação de novas áreas de expansão em Vitória (Figura 5) dado o aumento significativo do prestígio social atribuído a essa prática na primeira metade do século XX.

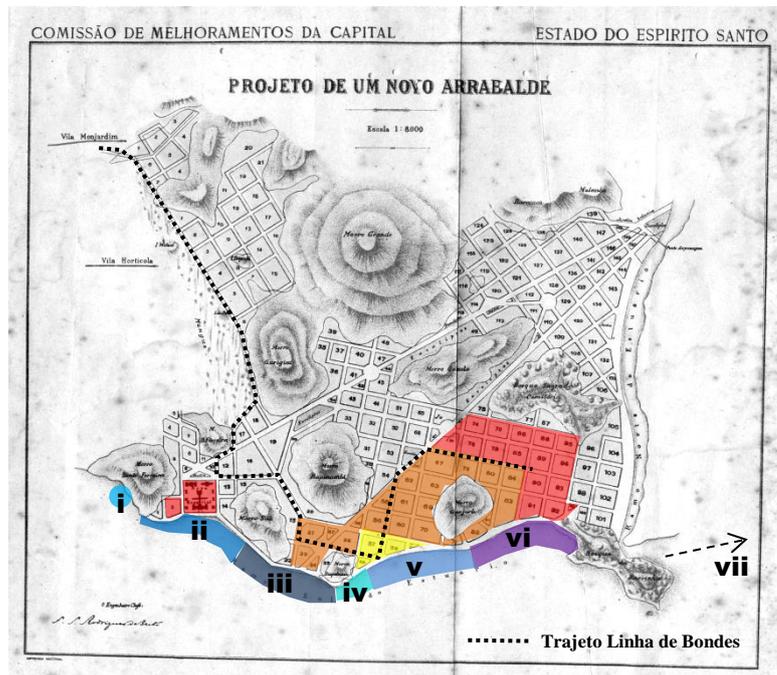
Figura 5 – Praias do ‘Novo Arrabalde’ Vitória/ES

Nos cem anos investigados na pesquisa, notou-se a chegada do discurso higienista em meados do século XIX, acompanhado de medidas regulamentadoras de posturas urbanas - como o despejo de lixo à baía -, e de intervenções físicas sobre as águas na Cidade, sobretudo sob a forma de aterros. Às últimas décadas do século XIX o banho de mar ganha notoriedade nos periódicos, e alcança prestígio social nas praias situadas fora do núcleo central então ocupado. A execução das obras do Novo Arrabalde consolida o novo vetor de expansão rumo às praias a leste da Capital. Nesta dinâmica, tanto a prática do banho de mar, quanto o local de sua realização passam a

expressar a distinção de classes, sendo, Praia do Suá e Praia Comprida representantes das classes menos favorecidas e das mais abastadas, respectivamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação procurou compreender de que modo o papel das práticas estabelecidas junto às águas, no contexto capixaba, é representativo do processo de modernização. Até o século XIX, ao forte entrelaçamento então existente entre as águas e a cidade correspondia uma relação ao mesmo tempo cotidiana e articulada a várias esferas da vida urbana. Na passagem do século XIX para o século XX - marcada por uma profunda mudança no que tange ao contato e convívio com as águas em Vitória - uma nova forma de ver o mundo/ a natureza - o discurso hegemônico da modernidade - é pautada nas questões de ordem higiênica, moral-estética e econômica. Nesse sentido, aterros e remodelações urbanas se impõem sobre o espaço urbano e suas águas na busca por materializar o



Divisão conjectural das praias:

- | | |
|--------------------------------|------------------------|
| i – ‘Praia dos Homens’* | v – Praia Comprida** |
| ii – Praia do Suá | vi – Praia do Canto |
| iii – Praia de Santa Helena ** | vii – Praia de Camburi |
| iv – Praia do Barracão** | (Maruyphe/ Piranhém) |

* A ‘Praia dos Homens’ foi identificada e localizada na planta do Plano de Urbanização de Vitória de 1946 elaborado pela ETUR (Empresa de Topografia Urbanismo e Construções Ltda) para a PMV;

** Conforme Pimentel (2006), o termo ‘Praia Comprida’ também aparece nos endereços dos projetos aprovados constantes nos livros de registros de aprovações da PMV, compreendendo não só a Praia Comprida em si, mas também a Praia do Barracão e a Praia de Santa Helena.

***Elaborado a partir das datas de aprovação dos projetos na PMV.

Etapas de ocupação*** até déc. 1930:

- | | |
|---|-------------|
| ■ | 1910 a 1920 |
| ■ | 1920 a 1930 |
| ■ | 1930 a 1940 |

Fonte: Pimentel (2006), adaptado pelo autor

discurso da ‘cidade moderna’ na Capital. A gradativa ocupação do Novo Arrabalde à primeira metade do século XX, juntamente com as reformas modernizadoras na área central da Cidade, modificam as formas relacionais com as águas, sendo a chegada do discurso higienista e a transformação da prática do banho de mar significativos representantes. Ao final do século XIX, o discurso higienista atua sobremaneira nas áreas semialagadas da área central da Cidade – Campinho, Pelames e Reguinho – com obras de aterros, canalizações e também com a construção de estruturas de apoio às práticas de banho e lavagem na Capital, como as ‘Casas de banhos’ e as lavanderias públicas. Estes espaços representam, para além do domínio técnico-científico sobre as águas urbanas, uma nova ideia de civilidade, pautada também por novas posturas e formas de sociabilidade. Insere-se neste contexto o banho de mar, cuja notoriedade se dá a partir de sua vinculação a propriedades terapêuticas. Direcionado às praias fora do núcleo central, o banho de mar alcança grande prestígio à década de 1920 na Praia Comprida. À esta altura, a função social do banho de mar supera a função terapêutica do mesmo, o que se reflete em uma espacialidade socioeconômica dessa prática em Vitória. Dessa forma, tanto o discurso higienista, quanto a ressignificação do banho de mar atribuíram uma nova ordem socioespacial no que tange à relação homem-águas na Capital, marcada pelo apagamento da capilaridade hídrica, pela expansão do tecido rumo às praias e pela criação de novos hábitos urbanos vinculados à modernidade.

4 REFERÊNCIAS

- A PROPOSITO DA EPIDEMIA. **Correio da Victoria**, Vitória, p. 2, 6 out. 1855b.
- A’ BANHOS, Factos e boatos. Noticias locaes. **A Provincia do Espirito Santo**, ed.00120, p. 3, 5 jan. 1883.
- ALVES, André e SAMAIN, Etienne. 2004. **Os argonautas do mangue precedido de Balinese character (re)visitado**. Campinas: Editora Unicamp/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de . **A história da construção e das transformações da cidade**. Vitória: Cultural-es, 2005.
- CHEFATURA DE POLICIA. **Diário da Manhã**, Vitória, Ed. 02876, p. 2, 16 dez. 1934.
- COELHO, A. L. N. Geotecnologias aplicadas na distribuição espacial dos aterros da Cidade de Vitória/ES. In: **Caderno de Geografia**, v. 27, n.51, 2017, p. 760-775.
- COLONISAÇÃO (cont.). *Relatório do presidente da província do Espírito Santo*, Pedro Leão Veloso. **Correio da Victoria**, Vitória, 9 jul. 1859. Parte Oficial, p. 1.
- COMMERCIO..., **O horizonte** 1894, ed. 00120, p.3
- CORBIN, Alain. **Território do Vazio: A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Vitória : Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1965.
- DESASTRES. Noticias Diversas. **Correio da Victoria**, Vitória, Ed.00009, p. 3, 29 jan. 1859.
- ELTON, Elmo. **Logradouros Antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1986.

- _____. **Velhos Templos e Tipos Populares de Vitória**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2014.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Jerônimo de Souza Monteiro). **Relatório Exposição sobre os Negócios do Estado no Quatriennio de 1909 a 1912 apresentado ao Congresso Legislativo no dia 23 de maio de 1913**. Vitória, 1913.
- ESPÍRITO SANTO (Provincia). Presidente (1838-1840: João Lopes da Silva Coito). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 1º de abril de 1839**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1838.
- ESPÍRITO SANTO (Provincia). Presidente (1873-1889: Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas). *Lei n. 35 de 15 de novembro de 1873. O Espírito Santense*. Vitória: Typographia Ladeira do Palacio, ed. 00304, p.1, 16 dez 1873.
- F. **A Provincia do Espirito Santo**, Vitória, p. 4, 8 jan 1887.
- FREIRE, Mário A.. **A capitania do Espírito Santo. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)**. 2ª edição organizada por Fernando Achiamé e Reinaldo Santos Neves. Ilha de Vitória: Flor&Cultura editores, 2006.
- FREITAS, J. F. B; AZEVEDO, M. N. S de. A conquista de áreas ao mar: repercussões em áreas urbanas preexistentes. In: Freitas, J. F. B. (org.). **Diálogos: urbanismo.br**. Vitória: EDUFES; EDUFF, 2010, p. 125-161.
- GONÇALVES, João R. V.. **Vitória Fortificações e Ilhas**. Vila Velha: Above Editora e Publicações, 2017.
- ILUMINAÇÃO DA CAPITAL. Presidente (1838-1840: João Lopes da Silva Coito). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 1º de abril de 1839**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1838.
- KLUG, Letícia Beccalli. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.
- LAVOURA E COMMERCIO. **Correio da Victoria**, Vitória, p. 2, 27 jan. 1849.
- LIMA JUNIOR, Carlos Benevides. **Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais**. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/ UFES, 1994.
- MEDIDAS SANITARIAS. Parte Oficial. **Correio da Victoria**, Vitória, ed. 00078, p. 2, 6 out. 1855a.
- MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio; os vazios visíveis da capital capixaba**. São Paulo: Annablume: Fapesp; Vitória: Facitec, 2008.
- NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro: Sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo. Vitória**. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 3ed, 2008.
- OS ASPECTOS Antiguidade e novidades . **Diário da Manhã**, Vitória, p. 17, 18 ago. 1927.
- PARQUE MOSCOSO. **Vida Capichaba**, Vitória, ed.494, p. 12, 30 ago 1940.
- PIMENTEL, V. L.. **O Novo Arrabalde da Praia Comprida. A arquitetura residencial na Praia do Canto em Vitória – ES (1910-1939)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- POBRE.... **A Folha do Povo**, Vitória, p.3, 21 mar. 1952.
- REGRAS HYGIENICAS ... **O horizonte**. Vitória, ed. 00030, p.3, 17 mar 1883.
- REQUERIMENTOS....**Correio da Victoria**, Vitória, p. 3, 3 ago. 1871.
- SALUBRIDADE PUBLICA. Vice-Presidente (1863-1865: Pindahyba de Mattos). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 3º de outubro de 1864**. Victoria: Typographia liberal do Jornal da Victoria, 1864.